



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 59

Sessão Ordinária Junho

2.ª Reunião em 29/06/2017

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Segundo Secretário da Mesa, Jorge Carvalho Arroiteia, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, a Vogal Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, na qualidade de Primeira Secretária e a Vogal Mónica Filipa Cristovão Gomes, na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Danilo Jorge de Almeida, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Rogério António Gonçalves Cachide, Paulo Alexandre Florentino Marques, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Miguel António Costa da Silva, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Anabela de Almeida Saraiva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Rui Lima Batista, Júlio Vasconcelos Oliveira, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa em Exercício, declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltou o Presidente da Mesa António do Pranto Nogueira Leite, e os Vogais, Nuno Manuel Marques Pereira, Maria da Luz Nolasco Cardoso e o Presidente de Junta António Ildebrando Nunes Costeira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Luís Miguel Capão Filipe, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Não estiveram presentes os Vereadores, João Francisco Carvalho de Sousa, Manuel Oliveira de Sousa, e Maria do Rosário Lopes Carvalho

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa em exercício deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião, da Primeira Secretário da Mesa, Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Jorge Manuel do Nascimento, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Rogério António Gonçalves Cachide, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Maria Margarida Tavares Bilelo, Rui Lima Batista e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.

Também e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa em exercício, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins, Antero Marques dos Santos, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Danilo Jorge de Almeida, Miguel António Costa da Silva, e Júlio Vasconcelos Oliveira.⁰⁰³

O sucedâneo na lista de candidaturas, Maria Leonor Nunes dos Reis, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, João Condinho Vargas, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Rita Alexandra Monteiro Baptista, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Virgínia Maria Melo Matos, pediu escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa em exercício, comunicou os pontos restantes da “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Junho:

Ponto 3 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas 2016 – Consolidação de Contas do Grupo Municipal;

Ponto 4 - Apreciação e Votação da autorização reforço do compromisso plurianual relativo ao Fornecimento Contínuo de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Baixa Tensão Normal - Iluminação Pública (BTN-IP) do Agrupamento de Entidades Adjudicantes.

Ponto 3 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas 2016 – Consolidação de Contas do Grupo Municipal;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 07/06/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰⁰⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“De forma breve dado que a conta consolidada é um documento importante, como é lógico, mas em termos de discussão sobre outras matérias, e tivemos aqui muitas, em Abril, quando veio uma das principais discussões políticas que fazemos no mandato que é sobre a conta de gerência, e a tomada de conhecimento que aqui fizemos formalmente e politicamente das contas das empresas municipais. No fundo é o somatório de tudo isso que faz a conta consolidada. Neste caso dá-se a circunstância de ser com esta conta que podemos fazer o primeiro exercício desde há muito tempo de comparação com o ano anterior para termos a perspectiva evolutiva das finanças da nossa Câmara e do seu universo das empresas municipais. Daí ganhar essa importância.

Há apenas três ou quatro notas principais que sumarizam aquilo que foi a evolução da condição financeira da nossa Câmara de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis ou em dois mil e dezasseis face a dois mil e quinze.

Em primeiro lugar uma redução de custos, prosseguimos o caminho da redução dos custos operacionais naquilo que foi possível. Como sabemos houve uma coisa boa que afectou, em sinal contrário, esta redução de custos e que foram a reposição salarial e o novo salário mínimo nacional. Foram de sinal contrário embora estejamos todos a aplaudir essa medida porque é ela é uma medida positiva, mas aqui nas finanças ela tem um sinal contrário a este da redução dos custos. Tivemos uma redução de dívida de dezassete milhões de euros, dois mil e dezasseis deu mais um forte contributo para redução da dívida. Nós, no somatório dos três anos, fazemos quarenta e cinco milhões de euros de redução da dívida da Câmara o que é um contributo muito forte. Estamos a falar quase de um terço da dívida total da nossa Câmara que é paga pela gestão racional da receita e da despesa nestes três anos. O ano que mais contribuiu para isso foi, exactamente, o ano de dois mil e dezasseis. Temos um crescimento do investimento, tivemos mais quatro milhões de euros de investimento do que em dois mil e dezasseis face a dois mil e quinze, chamando sempre a atenção que estamos numa fase delicada das comparações do investimento. Dois mil e quinze foi um ano baixo por força do fim do QREN e dois mil e dezasseis ainda foi também um ano baixo por força do arranque do Portugal2020. No entanto, a evolução de quinze para dezasseis tem este crescimento importante em mais quatro milhões de euros de investimento. Depois há um resultado operacional, assim chamado contabilisticamente, de dezasseis vírgula oito milhões de euros. Eu gosto sempre de pôr os resultados operacionais, que é essa a expressão contabilística, mas pô-los nas devidas aspas porque aí estão basicamente três componentes, sendo que há duas que são principais. Uma é o ATU, os tais dez vírgula cinco milhões de euros que tivemos que guardar para devolver. Sabemos que tivemos um empréstimo de tesouraria, um empréstimo de urgência, que usámos entre outubro de dois mil e quinze e abril de dois mil e dezasseis, que foi fundamental para gerirmos a fase crítica da nossa tesouraria, para podermos cumprir as nossas obrigações básicas. Portanto, tínhamos que ter esse dinheiro guardado na eminência da chegada do Visto do Tribunal de Contas para devolvermos essa verba à DGTF e termos uma disponibilidade na tesouraria para vivermos uma parte do ano ou o ano todo sem termos o nosso PAM visado. Tínhamos, obviamente, fundadas esperanças que isso poderia acontecer no início do presente ano ou no final ainda de dois mil e dezasseis. Relembro que o nosso PAM II, incluía como primeiro trimestre o quarto trimestre de dois mil e dezasseis, foi assim que ele foi aprovado quer na reunião de Câmara, quer aqui na nossa Assembleia Municipal; a nossa perspectiva era objectivamente essa quando o aprovámos e o mandámos para o Tribunal de Contas. No entanto, isso não aconteceu. Quando nós fechámos o exercício de dois mil e dezasseis não tínhamos visto do PAM. Entendemos sempre que era o pior que podia acontecer à nossa instituição em termos da sua gestão financeira, à nossa instituição na sua gestão política e à nossa instituição na sua credibilidade que tem custado tanto a construir, pedra sobre pedra, que nós fôssemos apanhados numa atitude de imprevidência grave, sem dinheiro na tesouraria para devolver os tais dez vírgula cinco milhões e sem dinheiro para honrarmos os nossos compromissos básicos, nomeadamente um, muito pesado, que é o serviço da dívida bancária se não tivéssemos feito esta gestão desta forma previdente. Por isso mesmo, estes dois factores são a razão de ser deste, entre aspas, resultado operacional, entre aspas porque esta é a substância, esta disponibilidade que tivemos que ter para garantir o cumprimento destes objectivos. Obviamente que a partir do final de janeiro o cenário mudou objectivamente e bem, felizmente, para muito melhor, com a chegada do Visto e depois com todo o trabalho que já fomos fazendo até agora. Fica anunciado que esta semana foi aprovado o nosso primeiro relatório que é o relatório de execução do primeiro trimestre do nosso PAM, tivemos que o fazer, obviamente, tivemos que o apresentar ao Fundo e recebemos esta

semana a aprovação do nosso primeiro relatório com nota muito positiva em relação às mil componentes que são avaliadas pelo FAM no que respeita ao nosso exercício.

É uma realidade profundamente distinta que está a levar também a nossa gestão para uma dimensão diferente.

São estas as notas principais deste documento, marcando ele a sua grande importância para que daqui a um ano estejamos a fazer uma comparação análoga e que tenhamos esta noção de como estamos a evoluir, até que possamos ter integrado num só documento toda esta conta e a análise se facilite. Este é um instrumento muito útil para percebermos a dimensão total do universo municipal a este nível que tem um balanço muito positivo.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[006](#)

“Ex.mo Senhor Pr3esidente de Câmara, Senhores Vereadores e todos os demais presentes. Sobre a apresentação das Contas em apreço neste ponto. Primeiro facto e grande relevância é que são as Contas daquilo que foi o brutal aumento de valor coletado pela Câmara, quer do ponto de vista das Taxas como do IMI.

E isso justifica em larga medida aquilo que é a diminuição da dívida por parte do executivo da Câmara Municipal de Aveiro.

Examinando o documento há diversas notas que se podem tirar. A primeira desde logo a da intervenção do próprio Auditor. As contas de facto respeitam os princípios de consolidação e do ponto de vista técnico ou formal elas não apresentam dúvidas ao Auditor.

Mas contudo há outros aspetos que importa esclarecer. A primeira é o valor muito elevado daquilo que é o imobilizado corpóreo presente nas Contas. Este valor elevado, estamos a falar de 257 milhões de euros, naturalmente esta presença nas contas tem um impacto muito grande. Contudo não é apresentado qualquer cadastro de imobilizado para este valor. Como é que a Câmara apresenta estas Contas sem ter um cadastro do mesmo imobilizado. Onde é que foram buscar este valor?

Outra questão que nós entendemos colocar tem a ver com o Balanço (página 15) nos valores de domínio público, ter havido uma perda dos valores desses bens – carecemos deste esclarecimento?

Em relação a este ponto há ainda um outro aspecto que precisamos de ver esclarecido e que tem a ver com a transferência da dívida de longo prazo para curto prazo!? Eu sei que é admissível em face do programa FAM, mas atendendo que à data do encerramento destas Contas ainda não teria entrado na autarquia, se esse valor poderia ou não estar previsto no Passivo da Câmara Municipal de Aveiro (valor do FAM). Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. O interesse ao Bloco nesta prestação de contas são os factos políticos. Mais que o exercício contabilístico são as opções políticas. O que interessa aos aveirenses é a consequência dos actos no presente e no futuro. Neste final de mandato o executivo refaz o seu retrato. Contas consolidadas com impostos no máximo, perpetuar a austeridade, durante 20 anos. Faz a entrega a privados da MoveAveiro, ação social inexistente, resposta social nula.

Uma cidade desenfreada de dia e de noite morta. O executivo camarário propôs-se há quatro anos tirar Aveiro do marasmo. Aumento de impostos nunca, sobrecarga financeira aos aveirenses, jamais.

Primeiro a responsabilidade na era do PSD/CDS, tudo foi mal feito. A incompetência grassava. E até depois dado o dito pelo não dito lá veio o aumento do IMI.

Depois do aumento do IMI veio o PAM. Primeira versão, segunda versão, terceira versão – ou seja, já vimos este filme noutros sítios.

O Senhor Presidente tinha-nos dito aqui nesta Assembleia antes da aprovação do FAM que sabia que mais cedo ou mais tarde seria votado favoravelmente. Mas o que consta é que só à segunda vez é que foi votado favoravelmente pelo Tribunal de Contas.

Ou seja, 20 anos agrilhoados à dívida. Aveiro a perpetuar austeridade porque a gestão do FAM assim o manda. Se temos gestores destes para que é queremos os políticos?”

Vogal Rui Baptista (JPA)⁰⁰⁸

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁰⁹

Vogal Francisco Picado (PS)⁰¹⁰

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)- Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹¹

“Obrigado. Esta discussão é uma discussão que temos partidamente desde o início. Há pessoas para quem ser político significa usar os dinheiros públicos sem critério — venham eles de onde vierem. Os próprios e os alheios. Mas ser político é muito mais que isso. É ser responsável pelos dinheiros que não são públicos de facto. São das pessoas, são dos contribuintes. E portanto quando resolvemos endividar-nos e pensarmos que não temos de pagar estamos a pôr em causa os cidadãos que pagam os seus impostos — coercivamente diga-se de passagem.

Eu devo dizer claramente que o meu retorno que eu tiro do meu IRS não corresponde ao que eu pago de IRS e no entanto pago.

Pode-se pensar o que é que estes cidadãos tiram deste aumento de impostos. Tiram uma coisa muito importante. Tiram o futuro do município.

Porque de facto o que este executivo está a fazer é restaurar a credibilidade do município de tal forma que ele possa continuar a atuar para os cidadãos. Porque é bom lembrar que quando este executivo tomou posse havia fornecedores que não forneciam à Câmara se não fosse a pronto de pagamento. Quando este executivo tomou posse havia fornecedores que tinham a Câmara em Tribunal e estava a executar bens no sentido de serem ressarcidos das dívidas que a Câmara tinha para com eles. E esse assunto foi ultrapassado — ultrapassado em benefício de todos os cidadãos. Porque isso significa que a Câmara vai poder continuar a investir utilizando uma política de gestão financeira com recurso a capitais alheios que toda a gente sabe que vão ser pagos. Os credores sabem que vão ser pagos nos prazos que são indicados. E isso é uma mais-valia que ninguém pode negar e é uma mais-valia muito importante. E essa mais-valia, podem algumas pessoas não lhe darem importância neste momento, mas devo dizer-lhes que é essa mais-valia que vai permitir o construir o futuro de Aveiro. Com este Presidente de Câmara que certamente ganhará as eleições em Outubro. Não tenhamos dúvidas sobre isso, escusamos de estar com grandes discussões sobre essa matéria.

É interessante ouvir as conversas que nós não podemos aumentar impostos quando vemos os mesmos partidos que aqui não querem aumentos de impostos, aumentar os impostos a nível nacional, disfarçadamente não é, das formas mais sub-reptícias que podem imaginar ou diminuir as despesas sociais forçadamente com cativações. E que depois infelizmente toda a gente foge porque ninguém tem responsabilidades.

Mas nós aqui, e este executivo, não foge. Não está aqui para fazer propaganda. Este executivo está aqui para trabalhar.

E trabalhar significa honrar a Câmara e honrar o mandato lhe foi concedido às pessoas que estão neste momento no executivo. E isso significa restaurar a Câmara como pessoa de bem porque tinha deixado de ser.

E se me vão dizer que a culpa é da maioria que neste momento apoia este executivo, oh meus senhores, se calhar temos de ir mais atrás para ver essas coisas todas.

Isso já foi escarpelizado aqui, já várias vezes o Senhor Presidente demonstrou por a + b donde provém a situação financeira em que a gente se encontra. Portanto não vale a pena estar sempre a dizer que a culpa é do executivo anterior e que esta maioria aprovava. Por isso esta maioria decidiu na altura que mudava de executivo – e ainda bem.

E ainda bem que o presidente anterior se candidatou para ver que esta maioria tinha razão. Tinha razão e por isso os aveirenses lhes deram nova maioria que aqui está em funções e permitiu formar este executivo.

Portanto, se os senhores entendem que a credibilidade política da Câmara é pouco importante então digam-no claramente. Se os senhores entendem que a Câmara se deve endividar e não deve pagar as suas contas digam-no claramente. Eu também sei que algumas pessoas que aqui falaram hoje são da opinião que o país não deve pagar as contas. Porque as dívidas que o país tem não são da responsabilidade do país, são da responsabilidade de quem nos impôs o dinheiro.

Eu devo dizer-lhes que, ao longo da minha vida, recebi várias vezes cartões de crédito em casa para gastar à vontade — e que apenas gastei de acordo com as minhas possibilidades. Coisa que muita gente no atual Governo não fez quando tiveram o governo do país anteriormente e que por isso estamos neste estado. É bom que sejamos claros.

A primeira coisa que temos que fazer para fazer progredir Aveiro é garantir que vamos poder construir o futuro. E para garantir o futuro é garantir que somos credíveis, junto nomeadamente de quem teve a coragem de nos emprestar dinheiro numa altura em que se calhar não devia ter tido essa coragem. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹²

“Filipe Guerra, eu gostava de repetir aqui esta questão do brutal aumento de impostos porque sempre que vimos a esta matéria temos sempre que falar sobre ela. Já disse, já repeti, repetirei, que a nossa Câmara não precisa da taxa máxima de IMI para se recuperar financeiramente. Não precisa.

Impuseram-nos a taxa de zero vírgula cinco — há estas dúvidas existenciais que fomos trocando aqui, ao longo de vário tempo com o Francisco Picado. Eu já disse e também o repito ao Francisco Picado. Não acredita em mim, faça o que você quiser, houve até uma fase do mandato em que era muito elogioso, tal como o Vereador João Sousa, mas depois houve ali uma mutação a partir da chamada convecção de Eixo.

Mas eu já lhe disse, fale com os seus camaradas de Portimão que não aplicaram no primeiro ano o IMI Familiar porque escreveram ao FAM e o FAM disse que não podiam aplicar — nós aplicámos. Ou com os colegas de Vila Nova de Poiares que recorreram, como nós ao ATU.

Só houve quatro câmaras que foram ao ATU. É importante pela experiência dos outros, sabermos o que é, de facto, estar em vigor ou não estar em vigor.

Temos isto como claro que temos perspectivas diferentes, mas há uma realidade objectiva que não tem só a ver com o facto do país, hoje, ser governado pelo Partido Socialista, pelo Partido Comunista e pelo Bloco de Esquerda. Não tem só a ver com isso. Tem a ver com o facto do Ministro-adjunto, em representação do Governo, ter assumido

perante a ANMP, a Assembleia da República e o País que o Governo discordava do regime FAM e ia apresentar até final do ano passado um novo regime.

E quando chegámos ao fim do ano e perguntámos ao Sr. Ministro pelo novo regime ele disse que não tinha sido possível, porque estavam a pensar introduzir pelo Orçamento do Estado, mas não foi possível e que o prazo seria prorrogado até ao final do primeiro semestre de dois mil e dezassete.

Entendemos que não havia problema estávamos perante o primeiro ano do Governo, um ano que tem que ter sempre um crédito de confiança e o benefício da dúvida. O prazo acaba amanhã e onde é que está a proposta? Ou pelo menos até hoje, ao final da manhã, não chegou à ANMP. Pode chegar amanhã porque o semestre só acaba amanhã. Portanto, nós não precisamos disto!

O Rui Batista perguntava há bocado por quanto tempo é que temos que aguentar isto. No nosso PAM, no nosso Programa de Ajustamento Municipal, temos que aguentar até dois mil e vinte e três.

E porquê? Nós temos um Programa de vinte anos. Qual o primeiro objectivo do Programa? É que a Câmara atinja o equilíbrio da receita com a dívida total o mais rapidamente possível e que tem o rácio de um vírgula cinco.

As câmaras atingem o equilíbrio ou passam para o desequilíbrio quando a dívida total é um vírgula cinco vezes a receita. Nós chegámos a três vírgula sete.

Todas estas medidas vão provocando a redução desse valor até chegarmos a um vírgula cinco. Depois continua-se a decrescer; o objectivo, no final dos vinte anos, é chegarmos a zero.

O objectivo para entrarmos na fase do equilíbrio é um vírgula cinco e o nosso Programa determina que isso acontecerá em dois mil e vinte e três. Aí nós mantemos o nosso empréstimo, mas ficamos livres de todas as obrigações. É parecido com este mecanismo da saída dos Procedimentos por Défice Excessivo do nosso país com a Troika, é um misto. A Troika emprestou-nos setenta e oito mil milhões de euros com um conjunto de condições, condições essas que se libertam parcialmente quando tingimos, ou quando baixamos, os três por cento do défice. Não nos levam o empréstimo porque ele cá continua e temos que o ir pagando, mas ficamos libertos de um conjunto de espartilhos legais e de condicionalismos. É assim connosco.

O que é que nós dizemos e repetimos, e trabalharemos se os cidadãos eleitores do nosso Município nos deram o segundo mandato? Entendemos que há condições objectivas para anteciparmos esse ano dois ou três anos. É possível chegarmos esse dois mil e vinte e três para dois mil e vinte e um ou para dois mil e vinte, por vários factores de gestão financeira. Um dos factores é pela capacidade financeira que vamos, seguramente, ter de vender património, sabendo que ao abrigo da Lei FAM a venda de património, obrigatoriamente, tem que ser usada para pagar dívida, entre outros factores. É aí que nos libertaremos destes constrangimentos da lei.

A outra questão é que temos que cumprir a lei, independentemente de algumas dúvidas respeitáveis, como as do Francisco Picado, se tínhamos ou não tínhamos obrigação. No pressuposto que tínhamos obrigação, foi sempre assim que nos disseram no anterior Governo, no actual Governo e a direcção do Fundo que é quem gere esta operação e nunca nos disseram coisa diversa, nós temos essa obrigação legal que temos que cumprir para termos as ajudas. O Henrique Diz chamou a atenção de uma ajuda muito importante e que às vezes esquecemos. A cobertura legal que nos protegeu, já não estamos protegidos, desde o dia dezanove de abril deixámos de estar protegidos legalmente das injunções e das penhoras, mas foi este mecanismo que nos protegeu porque se não em duas ou três semanas tínhamos caído na absoluta impossibilidade de cumprirmos as nossas obrigações. Só penhoras suspensas foram no valor de seis milhões

de euros. O valor total de penhoras e injunções suspensas por despachos de juízes por nossa solicitação usando o argumento da Lei FAM foram seis milhões de euros. Obviamente que se não tivéssemos tido esta protecção além dos processos que aconteceram teriam acontecido muitos mais processos. Chegámos a ter aquela nossa célebre semana em que tivemos todas as nossas fontes cativas e nós não pudemos, durante uma semana inteira, movimentar um tostão das nossas contas.

Esta é a lógica das coisas. O que aconteceu, e bem, com o actual Governo e com a actual maioria parlamentar, por mérito do Partido Comunista Português, já aqui o expliquei, é que nos foi dada a possibilidade de escolhermos um IMI que se está a cobrar em dois mil e dezassete num intervalo de zero vírgula quarenta e cinco a zero vírgula cinco. Não foi o actual Governo que nos deu o zero quarenta e cinco. O actual Governo, ou melhor dizendo, a actual maioria parlamentar, por iniciativa do Partido Comunista que propôs o que o Município de Aveiro quer e o que a ANMP propõe desde que a Lei FAM nasceu, ou mesmo antes dela nascer, que é a taxa de zero vírgula quatro. O que nos aconteceu foi termos a possibilidade legal de escolhermos dentro do intervalo. Nós escolhemos a zona inferior do intervalo. É uma de cisão nossa, propiciada por um intervalo que nos foi disponibilizado pela Lei do Orçamento do Estado de dois mil e dezassete, aprovada pela maioria parlamentar que sustenta o actual Governo. Esta é a verdade objectiva.

É evidente que voltamos ao mesmo e já falámos nisto, fica só mais uma vez repetido: está nas mãos de quem governa o país, de quem sustenta o Governo, alterar este regime. A ANMP tem propostas claras, escritas. A maioria parlamentar tem todo o apoio para que haja um mecanismo de recuperação das câmaras municipais, tem que haver.

Vai ser notícia nas próximas semanas que algumas câmaras procuraram fugir ao FAM, estavam no grupo das alternativas, nós estávamos no grupo das obrigatórias – há dois grupos de municípios, uns que foram obrigados a ir ao Fundo porque tinham um desequilíbrio superior a três vezes e outras que estavam no intervalo que elas tinham ou não possibilidade de ir. Algumas, nomeadamente uma Câmara que vai ser notícia proximamente que procurou ir à banca privada, que procurou resolver por outra maneira e não conseguiu. Agora, está a bater à porta do FAM para poder ir ao Fundo porque o mercado não está disponível para financiar estas câmaras. A banca não está disponível para financiar estas câmaras. O próprio Governo, participei em várias reuniões com o Secretário de Estado, Carlos Miguel, procurou negociar com a banca um FAM privado para acabar com este; no fundo, o regime antigo. Nós fazíamos, como fizemos aqui em Aveiro, um Programa de Saneamento Financeiro, com as nossas próprias obrigações, mais ninguém nos obrigava a nada, obrigava-nos nós, e íamos a um banco privado buscar o dinheiro. Foi o que aconteceu aqui. O que é que toda a banca disse ao Governo? Sr. Governo, negativo, não há um tostão para as câmaras. E não é só porque era para as câmaras. É porque as novas obrigações da banca europeia perante o Banco Central Europeu no que respeita à questão de rácios e de cativação de verbas quando se entrega dinheiro a uma entidade pública são brutais e os bancos fogem disso. Portanto, objectivamente, é isto que está em causa e não nenhuma mania.

Como perguntava o Paulo Marques, quais foram as alternativas que alguém apresentou aqui? Ninguém. Ou, que alternativas teríamos? Eu também acho que ninguém aqui apresentou alternativas, tirando aquelas coisas do não cumprimento da lei, isso não são alternativas, isso são exercícios de desvario, e eu compreendo, nomeadamente, a oposição que não apresentou alternativas porque elas não existem. Não há alternativas. Eu não tenho dúvida nenhuma que qualquer colega autarca que encontrasse uma alternativa melhor para a nossa resolução sinceramente acho que a ia pôr em cima da mesa. Só que há uma coisa muito objectiva é que não há alternativa, é que não há mesmo. Não há para Aveiro nem para nenhum município do nosso país.

Filipe Guerra, peço desculpa mas eu não percebi de todo as duas últimas perguntas que fez. Não fujo a elas mas não sou capaz de responder a perguntas que não percebi de todo. Em relação à matéria do cadastro, como sabe, já está em todos os relatórios do nosso ROC, nós não temos devidamente tratada a matéria do nosso imobiliário corpóreo, da avaliação do nosso património, do respectivo cadastro. Não temos isto tratado, temos este trabalho para fazer e está escrito nos relatórios do nosso ROC e em todas as nossas contas do nosso mandato e dos anteriores. O que é coisa diversa de nós não sabermos onde é que está o valor. Sabemos, sabemos. A Câmara tem um inventário seu, tem um relatório onde tem lá o seu património todo, desde o edifício onde estamos até aos muitos terrenos que temos nos quatro cantos do Município. Portanto, a Câmara sabe o que tem e tem uma avaliação. Só que esse trabalho não está feito de acordo com as regras. Temos que o fazer, embora com recursos próprios seja quase impossível, seguramente que teremos que contractar uma empresa da especialidade para nos fazer todo esse trabalho com a devida credibilidade e competência técnico-legal.

António neto, só uma nota sobre esta conversa da perpetuação da austeridade. São aquelas frases do Bloco de Esquerda que nós respeitamos, como respeitamos tudo. Acabar com esta austeridade, neste momento, está muito na vossa mão. Lembra-se das muitas propostas que o Bloco de Esquerda fez em sede do Orçamento do Estado de 2017, não se lembra? O Bloco de Esquerda apresentou ao Partido Socialista e ao Governo um conjunto vasto, aliás foi titular dessa proposta um deputado da Assembleia da República que é Vereador da Câmara de Portimão e que conhece bem a matéria porque a Câmara de Portimão, como sabemos é a especialista número em FAM, nós somos a número dois. Qual foi o vencimento que tiveram as propostas do Bloco de Esquerda por acção do Partido Socialista e do Partido Comunista? Foi zero. Pronto, está tudo dito. E você chama a isto austeridade. Não, tem que pôr essa sua conversa na sua responsabilidade porque faz parte da Troika que governa o país e que produz as leis. Nós lutamos com clareza, as nossas posições, a este nível do FAM, são absolutamente iguais com o actual governo, com a actual maioria parlamentar e com a anterior. Os nossos documentos estão escritos, são públicos, nada mudou. Agora, quem é que pode mudar as leis? A maioria que governa o país. É assim que a democracia funciona. A gente sabe é que depois há uma malta que gosta de ter um pé no poder e outro na oposição para fazer o seu jogo. Isso também é respeitável mas não ajuda é a resolver problema nenhum. Isso é que está garantido.

O Francisco Picado fez aqui um conjunto de referências e de questões, neste exercício muito demagógico de comparação com uma empresa privada. Não sei se tem muita experiência na gestão financeira em empresas privadas. Não sei, não conheço o seu curriculum e desde aquele incidente que aqui tivemos não mais falarei na sua vida profissional. Eu tenho alguma experiência de empresas privadas. Foram oito anos, dois na área comercial e seis na área financeira. Portanto, tenho alguma experiência. Não é muito mas oito anos sempre são oito anos. Mas dizer-lhe que sabem bem as respostas às perguntas que fez, sabe as respostas todas. Nós tivemos uma enorme redução de pessoal porque saiu muita gente, nomeadamente nas nossas empresas municipais. Foi daí que saíram mais pessoas e, de facto, há uma enorme redução na massa salarial. Relembro que no ano anterior, em dois mil e quinze, só nas rescisões de mútuo acordo saíram vinte e uma pessoas. Essas vinte e uma pessoas custavam, por ano, cerca de setecentos mil euros, só as pessoas que saíram por decisão de mútuo acordo por propostas delas deram uma redução na factura dos recursos humanos de setecentos mil euros no primeiro ano completo da sua ausência da Câmara, em dois mil e dezasseis, sabendo que houve mais saídas e houve mais acréscimos dos nossos custos por causa dessa coisa boa da reposição salarial e do aumento do ordenado mínimo nacional, e também de alguma

aumento de horas extraordinárias, que não foi muito relevante em dois mil e dezasseis, por força da redução do horário de trabalho das oito horas para as sete horas diárias. Depois, na lógica dos custos há, enfim... vou dizer uma asneira, há os custos bons e há os custos maus. Achamos sempre que os custos de funcionamento são sempre os custos maus, embora isto seja exagerado, porque o que é que a Câmara poderá fazer se não tiver custos de funcionamento? Com é evidente tem que ter custos de funcionamento. Damos sempre importância aos custos bons que são o investimento na despesa que faz obra, eventos, faz cultura. Já vi que não é frequentador da nossa cultura, do Teatro Aveirense, dos nossos Museus, mas recomendo-lhe vivamente mesmo não vivendo cá, isso não é problema nenhum, mas que venha cá mais à nossa cultura. Batemos recordes de visitantes no Teatro Aveirense, os nossos Museus continuam a crescer muito, o Turismo, é só vir cá com atenção porque também pode vir cá um bocadinho a pensar nas suas intervenções na Assembleia Municipal e depois não olha para os turistas que estão na nossa cidade, para as pessoas que vão ao Teatro Aveirense, que estão a visitar os Museus. Portanto, isto é objectivo, Francisco Picado, há, de facto em resultado de muitos factores, como o crescimento do país, das nossas empresas, o trabalho da nossa entidade regional de turismo, mas também o nosso trabalho. As novas políticas culturais, os investimentos que fizemos em comunicação, usando o dinheiro da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, da Turismo Centro Portugal, dos Fundos Comunitários porque nós estávamos impedidos de o fazer, contributos positivos para que esse crescimento seja objectivo e tivéssemos deixado o deserto que andámos a percorrer durante muito tempo. Lembrar também que uma câmara como a nossa será sempre uma câmara onde os valores das taxas e impostos são relevantes. Somos um município com capacidade de o fazer e é assim, arredondando a conversa, na orla costeira do país porque os municípios dependem muito pouco das verbas do fundo do Estado, em regra e no máximo, trinta por cento. Ao contrário, na faixa interior, onde estão dois terços dos municípios portugueses os municípios dependem muito do Orçamento do Estado, em regra com valores superiores aos setenta por cento. Isto porquê? Pela dimensão populacional, pela dimensão empresarial, pela capacidade de gerar actividade económica e que gera taxas e que gera impostos. Esta é a razão das coisas.

Um município do nosso género tem um valor percentual desta natureza. Aliás, devo dizer que municípios com uma dimensão ligeiramente superior à nossa têm, obviamente, uma percentagem de taxas e impostos substancialmente superior àquela que nós temos. Mas gostava de dizer três números que são muito fortes e que também se procuram não dizer. Em Portugal, arredondando os números, os portugueses pagam cinquenta mil milhões de euros de impostos por ano.

Desse valor mil e quinhentos milhões são IMI. Três por cento do total de impostos que os portugueses pagam são IMI. Valor exactamente igual ao que os portugueses pagam de imposto sobre o tabaco (obviamente os portugueses que compram cigarros). A colecta de IMI em Portugal é igual à colecta de imposto sobre o tabaco e é de três por cento em relação à colecta total.

O problema da carga fiscal em Portugal está, como todos sabemos, no IVA e no IRS. No IRS, em regra, as pessoas têm consciência porque vão olhando, mensalmente, para a parte que fica retida e percebem bem que do seu ordenado à uma parte substancial do ordenado, percentualmente maior ou menor consoante o vencimento de cada um, que não vai para os portugueses.

A outra conta dos impostos que ninguém faz, embora eu sempre exorto as pessoas a fazerem a conta, é a conta de IVA. De tudo o que as pessoas compram paga IVA. Nos bens essenciais de seis por cento e em muitas matérias, em muitas mesmos, do consumo dos portugueses é a da taxa máxima dos vinte e três por cento.

Aí está uma factura muito pesada da fiscalidade em Portugal. É importante termos a noção global destes números para não diabolizar aquilo que, sendo relevante, e num município como o nosso o IMI é relevante, é preciso relativizar porque a carga fiscal pesada em Portugal está no IVA e está no IRS.

Queria terminar com um agradecimento à referência que fez o Henrique Diz. Há, de facto, uma importância muito grande, todos sabemos isso mas depois cada um gere politicamente à sua maneira, de termos a Câmara como uma pessoa de bem. Dos nossos fornecedores, muitos deles são cidadãos do nosso Município, que nas suas pequeninas empresas ou grandes empregam outros cidadãos do nosso Município, que vendem à Câmara e que sabem que recebem. Que a câmara se relaciona com empresas que depois se relacionam com outras empresas e que nós, hoje, somos uma cadeia positiva. Pagamos a toda a gente a tempo e horas. Quando algum aflito nos pede uma ajuda para não chegarmos ao limite dos prazos nós reagimos positivamente. Isto tem uma importância social económica imensa. Toda a gente sabe disto. Isto é um caminho que se fez neste mandato mas este é um caminho que tem que ser consolidado seguramente no próximo mandato. Não deveremos abandonar este percurso salvo se o mundo tiver umas lógicas novas mas temos que estar preparados para as dinâmicas que não nos passam pela cabeça. O mundo tem dinâmicas que nos surpreendem no andar dos tempos, como é normal. Esta operação, estes números que aqui estão têm uma grande importância para aquilo que conquistámos até hoje e têm uma grande importância para este patamar que é o patamar de partida para aquilo que queremos conquistar nos próximos anos.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Ernesto Carlos Rodrigues Barros)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰¹³

Vogal António Neto (BE)⁰¹⁴

Vogal Rui Baptista (JPA)⁰¹⁵

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁶

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁷

“Senhor Presidente da Câmara, deixe-me, partindo do pressuposto que a minha presença aqui nesta Assembleia Municipal em conjunto com o Senhor Presidente é um facto — e eu não tenho o dom de prever eventos futuros, bem gostava. Não sei se haverá mais alguma assembleia municipal antes das eleições, mas havendo em setembro, não sei se estaremos cá os dois, pois um motivo qualquer pode-nos impedir.

E portanto, aproveitando este último momento, certo e seguro, para deixar aqui alguma memória daquilo que foi este mandato do Executivo e também obviamente de toda a Assembleia, naquilo que é a minha perspectiva.

Fazendo uma comparação, eu estive na assembleia municipal nestes dois mandatos, e portanto comparando os dois, diria que no mandato anterior a dificuldade maior muitas vezes era encontrar substância nas discussões que o órgão tinha, nomeadamente quando era invectivado o Senhor Presidente da Câmara e portanto as discussões eram às vezes um bocadinho vazias, um bocadinho estéril. Havia muitas propostas é certo, mas de facto era difícil conseguirmos aqui algum entendimento e algum acolhimento – o sentimento de alguma forma era frustrante.

E vou fazer-lhe mais um elogio. É que, este mandato é totalmente diferente. Comparando com o anterior (e sem nenhum tipo de alienação) dá-me prazer vir à Assembleia Municipal por diversos motivos. Enfim, um é por estar numa lista que me mereceu confiança e outra é porque efetivamente o nível do debate se elevou. Ou seja, o nível de

debate elevou-se na apreciação de alguns assuntos que aqui discutimos, mas a grande diferença, deixe-me que lhe diga frontalmente, é que nalguns momentos o Senhor Presidente invectiva as pessoas diretamente numa forma que não diria insultuosa, porque não acredito que o faça intencional, mas não lhe fica bem. Não lhe fica bem Senhor Presidente. Isso não acontecia no executivo anterior.

Eu não sou nenhum vidrinho nem tenho problemas que me insultem aqui enquanto membro eleito. Mas “demagogo” eu diria que seria mais um membro da Assembleia a chamar “demagogo” ao Presidente da Câmara que o Presidente da Câmara chamar isso a um membro da Assembleia. Porque o órgão executivo é que promete e faz e o órgão assembleia apenas fiscaliza.

Portanto, não sei se serei eu o demagogo. Já várias vezes utilizou essa expressão, agora utilizou uma nova que é “alienado”, porque venho de fora de Aveiro para aqui! Eu venho de fora de Aveiro, mas eu sou de Aveiro Senhor Presidente. E portanto eu conheço muito bem o sítio onde estou, onde piso, onde me sento. Tenho toda a minha família aqui e tenho alguma história em Aveiro para as quais tenho vindo a contribuir do ponto de vista profissional e associativo, que me fazem vir a Aveiro sem qualquer tipo de “alienação”.

Portanto venho para esta Assembleia Municipal com a descontração possível para discutir assuntos que muitas vezes estou em acordo com a posição do Senhor Presidente, mas que muitas vezes também estou em desacordo.

E portanto o que se verifica é que quando sou elogioso o Senhor Presidente fica contente, quando não sou ou discordo o Senhor Presidente fica menos contente. Mas isto é natural. O Senhor Presidente lida é mal com isso. Ou coloca às vezes palavras fora que o fazem lidar mal com esse processo.

Eu não gostaria de sair deste mandato com um sentimento contraditório. Dizer assim, foi bom do ponto de vista da discussão, mas há aqui pequenas “peças” que não deviam ter aparecido.

Senhor Presidente discordar e concordar, estando na oposição, eu entendo ser um trabalho sério e responsável. Porque não se diz sempre mal e não se diz sempre bem. E a credibilidade só se ganha criticando aquilo que acho deva ser criticável e concordando naquilo que acho bom quando os pontos são convergentes.

E enfim, não tenho muito mais a dizer sobre este assunto. E espero obviamente que no próximo mandato, obviamente sem nenhuma questão pessoal, o Senhor Presidente não esteja aí, como é óbvio.

E dizer-lhe, sinceramente da minha parte, que gostei muitas vezes de discutir algumas questões com o Senhor Presidente — concordando ou discordando. E deixo-lhe esta pequena nota e desculpar-me-á o atrevimento, não lhe fica bem.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰¹⁸

“Muito o obrigado. Eu agradeço as referências que teve para comigo, e não esquecendo a Câmara anterior, lembro ao Senhor deputado municipal que as penhoras surgiram pouco depois deste executivo tomar posse – não foi em 2005.

Relativamente ao Senhor deputado António Neto, deixe-me dizer-lhe senhor deputado que eu uso os transportes públicos não para aparecer nas fotografias dos jornais, mas por opção. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁹

“No que respeita á questão do valor do immobilizado, dizer o seguinte. O que pode ter havido, embora eu tenha que confirmar isto, é ter havido nalgum dossier uma matéria que estava classificada como domínio privado nessa conta do immobilizado corpóreo, que estava como domínio público e que foi passado para domínio privado. Aquilo que está no domínio público obviamente que não vem à nossa conta; aquilo que está no domínio privado obviamente que pertence ao immobilizado corpóreo da Câmara. Só se for aí que houve alguma operação que fez esse movimento que referenciou mas tenho que confirmar isto porque não tenho isto de memória para lhe poder responder com absoluta objectividade.

Em relação à outra questão o que nós tivemos foi um movimento financeiro durante dois mil e dezasseis que pagou dívida de longo prazo e pagou dívida de curto prazo de acordo com duas condicionantes. Uma, no longo prazo, com os contractos com os bancos e que cumprimos a cem por cento. No que respeita ao curto prazo nós não pagamos, estou a falar de dívida velha, porque ela estava ancorada no FAM. Com uma excepção que foram aqueles três vírgula cinco milhões de euros que pagámos, com o meu despacho de vinte e um de março, como acto consequente ao chumbo do primeiro PAM. Isto quer dizer o quê? Que pagámos muito mais dívida de longo prazo do que dívida de curto prazo, no que respeita, chamemos-lhe assim, à dívida velha. Porque no que respeita à operação de dois mil e dezasseis a dívida de longo prazo foi zero, não produzimos nenhuma, e pagámos muita de curto prazo. Foi aqui que andou o exercício. Nada disto, no que respeita ao longo prazo, se condicionou ao PAM mas no que respeita ao curto prazo sim, estivemos condicionados porque o PRD do PAM tinha que ser objectivamente respeitado, como o Filipe Guerra bem sabe.

António Neto, há aí uma baralhação sua mas eu estou disponível para o ajudar. Disse que pagar as dívidas era necessário para apresentar candidaturas aos Fundos. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Pagar as dívidas tem, obviamente, um conjunto de objectivos, de obrigações, etc., mas candidaturas a Fundos Comunitários é uma outra conversa. Há aí uma baralhação que não faz sentido objectivamente. Eventualmente o que o baralha mesmo é que nós conseguimos pagar quarenta e cinco milhões de euros de dívidas pelo nosso exercício. Já pagámos cinquenta milhões pelo empréstimo, o que não é baixar a dívida porque é trocar de entidade credora, como sabemos. Também já conquistámos nos Fundos Comunitários do Portugal2020 para investimento. Eventualmente estes quarenta é que podem estar a fazer um curto circuito no António Neto e a baralhar os dois conceitos.

Ao Rui Batista queria reiterar o agradecimento pelo seu apoio e dizer-lhe que é objectivamente possível, mantendo uma gestão rigorosa e intensa naquilo que é a gestão dos investimentos públicos e privados, mantermos um ritmo na boa execução do nosso programa que antecipe o tal ano de dois mil e vinte e três para dois mil e vinte e um ou dois mil e vinte. O que é que isto quer dizer? Resolvermos este problema com o segundo mandato e no terceiro já estarmos libertos deste problema. É objectivamente possível. Temos que gerir bem, temos que ser rigorosos, temos que ser intensos e ajeitados na conquista de investimento e na alienação de património. Mas a nossa aprendizagem, cá estaremos um dia destes a analisar os primeiros relatórios do programa, diz exactamente isso. Temos essa condição mas temos que fazer pela vida e fazer bem. Mas lembrar que mesmo num processo em que subimos o IMI, baixámos trinta por cento as taxas de resíduos sólidos urbanos e acabámos com a taxa de protecção civil. Há muitos cidadãos nossos que não pagam IMI e que têm hoje uma factura fiscal mais baixa do que a que tinham. E não dando nós importância à taxa turística, também acabámos com ela,

porque não somos exactamente nós que a pagamos, é raro algum de nós dormir num hotel cá da terra, alguns podem dizer que isso não é benefício nenhum para os aveirenses porque não pagam taxa turística, não andam de moliceiro. Mas o efeito positivo financeiro pelo facto de termos acabado com a taxa turística na conquista de turistas é muito relevante. Eu relembro que estávamos em guerra com a hotelaria, eu relembro que éramos má notícia em Portugal e em Espanha por causa da guerra com a hotelaria, tínhamos guerra com os operadores marítimo-turísticos. Esse efeito negativo de imagem e comunicação tinha obviamente um efeito negativo no crescimento. Relembro que enquanto Portugal está no sétimo ano consecutivo de crescimento turístico o nosso município está no terceiro. Partimos quatro anos depois do país. São os números que estão ao dispor de toda a gente, não são os da Câmara de Aveiro; são os números nacionais que estão ao dispor de toda a gente. Há reformas muito importantes que nós fizemos. Nós aveirenses ou nós cidadãos de Albergaria-a-Velha sentimos pouco essa reforma, mas os cidadãos de Vagos que foram os que mais sentiram essa reforma de forma violenta na sua factura mensal, foram os que sentiram mais, mas houve ainda outros que também sentiram muito, como os da Murtoza, de Ílhavo, de Oliveira do Bairro, de Águeda, de Ovar, foi o aumento da factura da água por força da AdRA. O que nós ouvimos sobre essa matéria ao longo de tanto tempo. O que nós ouvimos! Hoje está toda a gente com a consciência praticada, estamos no oitavo ano da operação da empresa, temos uma excelente empresa, temos um mecanismo sustentável de gestão, temos um tarifário socialmente equilibrado, e somos hoje exemplo nacional. Eu, José Ribau Esteves mas por força das minhas condições de Presidente da Câmara de Aveiro e da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro fui, esta semana, convidado para o painel de especialista da Revista Água e Ambiente para a qual só entram dois autarcas, os outros são professores universitários e gestores de empresas públicas, somos só dois autarcas e um dos dois convidados fui eu. E para a conferência internacional sobre a água, em Cabo Verde, que se vai realizar em julho, o único autarca português convidado fui eu. Porquê? Por causa do nosso bom exemplo de gestão da água, que nos custou muito em termos de trabalho, muito em termos de investimento e de tempo. No caso da nossa carteira dos municípios de Aveiro não foi relevante porquê? Porque já estávamos num patamar muito alto, já pagávamos a água e o saneamento muito caros há muitos anos, enquanto os outros pagavam-na muito baixa e por força da harmonização tarifária que foi feita nos cinco primeiros anos da AdRA, porque ao sexto todos os seus dez municípios têm o mesmo tarifário, isso custou muito, muito mesmo, a muitos cidadãos da nossa Região que não os de Aveiro e os de Albergaria-a-Velha porque já pagavam um tarifário muito alto. Isto só para dar um exemplo adicional em relação àquilo que eu disse em relação à necessidade de gerirmos bem, de gerirmos com verdade, e depois termos, obviamente, mecanismos de apoio social para aqueles cidadãos que não conseguem pagar as suas despesas básicas. Por isso, no ano passado, criámos, fruto da nossa boa gestão, ou melhor há dois anos porque o ano passado é que foi o primeiro ano completo, o Fundo de Apoio às Famílias que em muitos dos apoios é exactamente para ajudar as pessoas a pagarem a sua factura de água e saneamento, a sua factura de electricidade, as suas facturas de despesas básicas, porque precisam e nós já temos condição de ajudar a esse nível quem precisa porque é por aí que temos que fazer o apoio social e não por um tarifário que se põe mais alto ou mais baixo ou igual para todos. Não. Fazer bem socialmente é justapor a medida do apoio de acordo com as necessidades de cada um e esse trabalho foi muito importante ao longo de todo este tempo.

Francisco Picado quero-lhe agradecer muito a sua intervenção, a seriedade com que põe sempre nos seus processos, o que não quer dizer que o meu exercício de uma ou outra

palavra que entendo mais agressiva, como a palavra demagogia, que no meu ranking não está para lá da risca vermelha, está para cá, e tem apenas o sentido de dizer que há uma opção sua de dialética que exercita a leitura da realidade de uma forma diversa da minha e daquilo que eu acho que é o rigor da verdade das coisas. Mas agradecer-lhe a sua postura séria, idónea, cumpridora, atenta e participativa, que sempre teve aqui, independentemente de termos estado muito de acordo ou termos estado noutras coisas muito em desacordo. Eu já tenho alguma experiência, como todos sabemos, como autarca e, sinceramente, esta experiência com esta Assembleia Municipal foi para mim muito enriquecedora e especialmente com algumas pessoas. Obviamente aqui falamos sempre da oposição porque os partidos da posição trabalham connosco todos os dias. Em termos políticos as nossas reuniões preparatórias são obviamente mais importantes do que as nossas reuniões formais, como é da natureza da vida política. Como é lógico. Assim foi quando o Partido Socialista esteve no poder e é a natureza das coisas. Mas tenho que agradecer, nomeadamente a pessoas como o Francisco Picado a sua atitude séria. Lamentar apenas que os partidos da oposição não tenham aceite aquilo que eu tentei fazer no início do mandato que era o de termos um trabalho informal em desenvolvimento. Fiz as primeiras reuniões, correram razoavelmente, mas não passaram das primeiras reuniões. Não conseguimos. Aliás, a primeira tentativa de reunião informal na Assembleia Municipal foi um fracasso porque só vieram os partidos da posição, não veio ninguém da oposição. Portanto, os partidos da oposição não quiseram abrir essa frente de trabalho. Tive muita pena, muita pena mesmo, porque era muito importante para o nosso Município porque, de facto, o nível de desgraça que tínhamos quando cá chegámos exigia uma verdadeira participação de todos no conhecimento e na resolução do problema. Tentei fazê-lo, tenho várias testemunhas, nomeadamente o presidente, na altura, do Partido Socialista, mas a reacção que tive foi negativa. Tenho pena, muita pena. Não tivemos esse instrumento de diálogo e de trabalho porque os partidos da oposição não o quiseram ter. Mas naquilo que do que foi aqui o exercício, embora ainda vamos ter mais reuniões, pelo menos uma extraordinária e uma ordinária, retribuir-lhe a elegância e o cumprimento que me fez. Faço-o em nome de um sentido de justiça que gosto muito de praticar.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰²⁰ Ponto 3 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas 2016 – Consolidação de Contas do Grupo Municipal, sendo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD14+CDS6+IND2), nove abstenções (PS8+IND1) e dois votos contra (BE1+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰²¹

“Gostaria de fazer só declaração de voto rápida e singelamente denotando o seguinte: o PCP vota contra, não em relação à valia ou à qualidade do trabalho do documento em si, bem como do trabalho que o seu Auditor faz, quanto a isso não temos nada a apontar. O nosso voto contra é um voto de natureza política da mesma forma que temos votado todos os Orçamentos da Câmara.

A nossa consideração é que as Contas de 2016 espelham um conjunto de opções políticas por parte da Câmara Municipal de Aveiro, que não tiveram em conta na primeira linha de frente aquilo que são os interesses dos munícipes de Aveiro. Daí o nosso voto contra. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE):⁰²²

“Muito obrigado Senhor Presidente. O BE vota contra porque sempre manifestou neste órgão a sua posição contra desta perspectiva da Câmara Municipal relativamente a Aveiro. Sempre votámos contra e em consonância com essas votações aqui, votamos contra novamente.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD):⁰²³

“O PSD vota a favor na medida em que a prestação de Contas Consolidadas demonstra o caminho que esta mesma Câmara e o seu executivo estão a fazer para garantir a proteção dos cidadãos de Aveiro no futuro.”

Ponto 4 - Apreciação e Votação da autorização reforço do compromisso plurianual relativo ao Fornecimento Contínuo de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Baixa Tensão Normal - Iluminação Pública (BTN-IP) do Agrupamento de Entidades Adjudicantes.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 07/06/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰²⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁵

“Só para explicar a baixa tensão normal e baixa tensão normal em iluminação pública. A Baixa tensão normal da iluminação pública e depois há a baixa tensão normal ligada aos equipamentos municipais. Daí a diferença. Depois há a baixa tensão especial que são alguns equipamentos que por força da potência necessária usam tensão especial e não tensão normal.

Um minuto apenas para dizer que há dois anos trouxemos aqui uma proposta idêntica. Essa proposta deu azo a um concurso que, no caso, foi ganho pela EDP comercial. O concurso deu-nos um ganho relevante de redução de custos, cerca de treze por cento, em relação à nossa factura anterior. O contracto está a correr bem, começa-se a aproximar do fim e, no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, decidimos prosseguir este caminho pelos ganhos que tem. Esta é a formalidade necessária. Não há nada de novo no que respeita à matéria em si porque é dar continuidade à nossa primeira experiência que estamos a executar. Toda a avaliação é positiva e daí a opção que tomámos de integrarmos esse agrupamento de entidades para mantermos um acesso ao mercado que nos permita comprar essas tipologias de energia ao mais baixo preço que o mercado tenha disponível.

É por esta razão simples que propomos que a Assembleia aprove esta nossa proposta.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁶

“Senhor Presidente, lendo diagonalmente os documentos e fazendo fé no que disse e dos valores lá expressos, não terá da nossa parte oposição. Portanto é um concurso público,

não encarece o serviço para a Câmara Municipal de Aveiro (pelo menos naquilo que nos é dado a entender nos documentos).

Mas eu gostaria de fazer um aparte, solicitando tolerância da Mesa, para o seguinte. Atendendo àquilo que o Senhor Presidente disse na segunda ronda do ponto, a propósito da participação da Oposição nos trabalhos da Assembleia Municipal e fora dela.

Senhor Presidente de Câmara, eu ouvi a sua crítica com a qual eu não concordo de todo! Dizer-lhe que foi esta maioria, que teve uma atitude hostilizante para com a oposição na Assembleia Municipal. E recordamos, logo a abrir, aquilo que foi a demonstração de intenções, naquilo que foram as alterações regimentais e no que elas comportaram para a vida democrática do município. Diminuição dos tempos de intervenção das minorias, público a falar no fim, etc. Recordo-lhe Senhor Presidente de Câmara que por exemplo, ao abrigo do Estatuto de Oposição, as reuniões que tínhamos sempre com os Presidentes de Câmara (e nós estivemos com todos), e sempre foram reuniões com qualidade com o Presidente de Câmara da maioria. Com esta maioria passámos a ter reuniões com todos os partidos da maioria!? Quando naturalmente as coisas não são cordialmente democráticas assim em reuniões que tradicionalmente tinham recato.

Senhor Presidente de Câmara o PCP logo no início do mandato apresentou um requerimento com questões relacionadas com trânsito. Não obtivemos resposta sua e alegou que nós fazíamos isso por algum objectivo de visibilidade política!? E de facto eram questões colocadas com grande cordialidade às quais entendeu não responder.

E digo isto com lamento. Que esta Assembleia Municipal termine o seu mandato, que eu me recorde, apenas com a criação de uma Comissão, para uma situação tão premente como o Hospital de Aveiro.

E lamento também que a atitude da maioria não tenha acolhido, em nossa opinião, sugestões e críticas. Basta recordar o número de Moções e de Alterações votados que não tiveram acolhimento nesta Assembleia. E tenho dito.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁷

“Só confessar a minha alegria pelo apoio à proposta e dizer ao Filipe Guerra que comentou uma coisa que eu não disse. Eu estava a falar do meu lamento por não termos aberto uma frente informal de diálogo e de trabalho. É uma outra questão.

As outras questões que disse, obviamente são da sua razão e eu compreendo e respeito. Eu estava a falar de uma outra coisa, de uma outra frente que tentei abrir e que era muito importante e que os partidos da oposição não permitiram. Era só isso.

Viva a nossa proposta para seguirmos em frente com ganhos na compra de energia.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰²⁸ Ponto 4 - Apreciação e Votação da autorização reforço do compromisso plurianual relativo ao Fornecimento Contínuo de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Baixa Tensão Normal - Iluminação Pública (BTN-IP) do Agrupamento de Entidades Adjudicantes, sendo aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor (PSD14+CDS6+PS8+PCP1+IND3), uma abstenção (BE1), zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa em Exercício,⁰²⁹ informou o plenário que neste período regimental estavam inscritos cinco munícipes (Paulo Veiga, Joana Gonçalves Pires Geraldo, Daniela Sofia Rocha Veiga, Ana Mafalda Alves de Oliveira, Maria das Neves Pereira Pinto Oliveira) residentes no município, todos para o intervir sobre o tema do “*Canil Municipal*”.

Paulo Veiga (Munícipe)⁰³⁰

Joana Gonçalves Geraldo (Munícipe)⁰³¹

Daniela Sofia Veiga (Munícipe)⁰³²

Ana Mafalda Oliveira (Munícipe)⁰³³

Maria das Neves Oliveira (Munícipe)⁰³⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁵

“Eu não vou ser cansativo porque vocês sabem a resposta da maior parte destas questões. E sabeis também que estamos a trabalhar neste dossier em várias frentes. Não há nada de novo. Como sabeis vamos ter um conjunto de reuniões na próxima terça-feira à tarde. Sabeis do meu discurso na abertura, na semana passada, do Congresso da Região de Aveiro perante o Ministro-adjunto suscitando ao membro do Governo, que é o nosso principal interlocutor na resolução dos problemas que a própria maioria parlamentar criou com a criação da nova lei e da portaria. Ao contrário do que disse a Daniela Veiga, o trabalho de levantamento de caracterização e definição de fontes de financiamento é um trabalho do Governo. E todas as perguntas que o Governo nos fizer nós respondemos. No nosso caso até é fácil demais responder porque temos dois estudos técnicos que já partilhei com algumas de vocês sobre esta matéria. Um sobre a matéria canis e outro sobre a matéria importantíssima que não podemos alienar que são os médicos veterinários. São quem está formalmente mandatados em Portugal para gerir esta matéria. Outra frente é a frente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses que tem feito um trabalho intenso junto do Governo para que o Governo deslinde o problema que ele próprio criou porque, ao abrigo da lei e, Daniela, antes da portaria tem que ler a lei que enquadra a portaria, quem tem que fazer a caracterização da situação e a definição do investimento é o Governo. Nós, Associação Nacional dos Municípios, achamos errado mas o Governo assim o exigiu. Também já mandei a algumas de vocês, posso reenviar, o parecer da ANMP à lei onde tudo isto está escrito. O Governo fez orelhas moucas. Entre a proposta que foi à Associação Nacional de Municípios, da lei e da portaria, e o parecer que a ANMP apresentou não se mudou uma palavra. Nomeadamente na portaria que era onde as questões tinham mais pormenor não levou em conta nenhuma das propostas dos municípios. Usei o meu discurso de abertura do Congresso da Região de Aveiro, em nome dos onze presidentes de Câmara da Região, perante o ministro-adjunto que é adjunto do Primeiro-ministro, é dos ministros do Governo mais próximos do Primeiro-ministro, para perguntar ao Sr. Ministro o que é que o Governo nos diz sobre isto, quando é que o Governo tem o seu trabalho pronto. Lembrem-se daquilo que eu vos disse aqui há dias? Que hoje, quando nós estamos para lançar os procedimentos, para fazermos o projecto, do nosso canil intermunicipal, matéria que vai ser tratada amanhã na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro no seguimento de meses de trabalho que temos feito e que também já vos dei nota aqui, em conversas anteriores, vamos avançar numa lógica de primeira fase porque não temos a informação que a Lei manda que venha do Governo sobre esta

matéria. As coisas são o que são e não vale a pena estar a apontar o dedo seja a que presidente da Câmara for porque o Governo quis mandar nisto tudo e nós municípios somos contra. No entanto, nós seguimos o nosso caminho. E qual é o nosso caminho? Construir o nosso canil de função municipal e de gestão intermunicipal, tirando proveito do início de construção que foi feito, está ali para toda a gente ver ao lado dos actuais armazéns da Câmara, à frente do Matadouro da Beira Litoral; portanto, é pegar naquela construção e procurar aproveitá-la ao máximo e fazer mais porque ela é pequena para as exigências que temos em termos de serviço desta natureza.

A outra frente, também foi nosso compromisso, foi ouvir as associações e o grupo de cidadãos que aqui veio, depois preciso da vossa ajuda para perceber se pertence todos ao mesmo grupo, ainda na semana passada foi aqui representado pela Dra. Brigitte, ou se há mais que um grupo que é para nós falarmos com toda a gente. Foi recolhermos propostas de toda a gente, tínhamos a nossa proposta em elaboração, tínhamos recebido, também partilhei convosco, proposta de acordo com a Ordem dos Médicos Veterinários para tratar desta matéria que veio com uma surpresa que afinal não vão dar serviços, vão prestar serviços que temos que pagar. Mas pronto, siga a matéria porque temos que tomar decisões. Temos esta matéria para tratar nas reuniões que temos marcadas e confirmadas pelas pessoas a quem as propusemos na próxima semana, se a memória não me atraiçoa, na terça-feira. Estarei eu e o Sr. Vereador Vice-presidente. Estas são todas as frentes em que estamos para prosseguirmos o trabalho em termos de canil; prosseguirmos o trabalho ao nível das campanhas de sensibilização aos cidadãos como combinámos; nas campanhas de esterilização no quadro do que definirmos porque há uma matéria orçamental que tem que ser assumida porque afinal a Ordem dos Médicos Veterinários não vai fazer de borla, vai cobrar e são só certos veterinários que estarão ao dispor, não estarão todos ao dispor nos termos da própria proposta da Ordem dos Médicos Veterinários. É nesta múltiplas frentes que estamos a trabalhar objectivamente e nas quais prosseguiremos o nosso trabalho de acordo com aquilo que já vínhamos fazendo e com os compromissos que fomos assumindo também convosco a partir do momento em que o movimento se assumiu e passou a ter interlocutor. Obviamente que virão à Assembleia Municipal sempre que quiserem e cá estaremos para ouvirmos com toda a atenção e educação. Mas dou-vos só um conselho: para trabalharmos na causa, aqui, não dá jeito. Quem já foi às reuniões podem ver que dá jeito é estramos nas reuniões, discutirmos, termos propostas de uns e de outros, cortamos esta, fazemos aquela e desenhamos capacidade operativa. Vemos onde é que há dinheiro, como é que fazemos e vamos embora. Isso não se faz aqui, não é mesmo possível. Mas nas nossas reuniões é possível, é para isso que elas existem. Marcámos uma primeira que foi uma boa reunião, vocês acharam que passou tempo demais e quiseram pô-la na praça pública, na comunicação social, que eu acho que não é um bom contributo para a causa mas que tenho que respeitar e não perturbou em nada o trabalho que vínhamos fazendo. Após a chegada da proposta que faltava da Ordem dos Médicos Veterinários fizemos a marcação da nossa segunda reunião para, espero eu, não sei se saímos de lá com a versão final do nosso programa de acção, conseguirmos sair já com um bom esboço desse programa de ação fazendo o coligir das várias e muitas propostas que recebemos. Seguramente que temos que fasear essas propostas e dotá-las de capacidade financeira porque boa parte delas têm um custo com o qual, em boa parte dele, a câmara está disponível para assumir.

Paulo Veiga, um dia, se precisar, eu retomo essa nossa conversa que não foi uma conversa, nessa minha chegada desse discurso numa iniciativa da Ciclaveiro, ainda a Ciclaveiro não era associação era um grupo informal onde estavam outros grupos informais. Se lhe interessar eu tenho gosto em lhe explicar o enquadramento dessa frase,

o que é que estava por trás dela e o que é que estava depois dela. Eventualmente isso não lhe interessará para nada e por isso veio aqui misturar isso com uma matéria que não tem nada a ver, faço lá eu ideia porquê. Isso obviamente caberá à sua inteligência e ao seu bom-senso ter feito o que fez. Se tiver interesse em que aquela troca de pequenas frases que tirou completamente do contexto que eu lhas explique num exercício de memória que a tenho boa, lembro-me absolutamente bem do momento antes, durante e depois. Tenho o maior gosto se isso for útil para si, apara mim, sinceramente, não me é útil em nada apenas se transforma útil para mim se for útil para o Paulo Veiga. Dizer-lhe isto com toda a clareza.

Os nossos animais, já o disse aqui, e é por isso que o enquadramento das nossas frases, Paulo Veiga, são importantes mas nunca as podemos isolar dos contextos porque quando nós isolamos frases dos contextos estamos a tirar-lhes verdade. E não é bom tirarmos verdade às frases. Aquilo que eu já disse com clareza é que nós não temos possibilidade, disponibilidade no nosso município ou à volta dele, para fazermos exercícios de absoluto cumprimento da lei no que respeita à colocação de animais que recolhemos abandonados ou errantes na via pública. Não temos, não é possível. Portanto, procuramos arranjar soluções que são marginais à lei mas que procuram arranjar soluções, agradecendo nós aos cidadãos ou às entidades que nos ajudam a resolver esses problemas que vão surgindo.

Deixar claro à Ana Oliveira que, independentemente de ser verdade, eu também sei que é verdade aquilo que disse, de vez em quando aparecer um cão ou outro na nossa cidade, nomeadamente nas zonas mais centrais e mais turísticas, não é verdade que nós tenhamos um problema regular e uma permanência intensa de animais errantes na nossa cidade. Não é objectiva verdade. Terei todo o gosto, peço apenas à Joana Pires para me dar um contacto seu de email ou de telemóvel para lhe enviar os contactos de cada serviço da Câmara ou dos nossos parceiros que gerem cada tipologia de situação porque há situações diversas. É um cão acidentado que morreu na estrada há meia-noite isso é tratado de uma maneira; é um cão acidentado mas que não morreu ou não está exactamente mal a meio do dia isso é tratado de uma outra forma. Com todo o gosto lhe mando o email. Haverá num dia sempre uma situação e uma tipologia que não tipificámos mas estaremos cá para procurar encontrar soluções e no fim da conta pode ficar com o meu próprio contacto ou do Vereador Jorge Ratola para alguma dúvida fora de tipologia para procurar encontrar soluções. Que não seja por isso que não há soluções.

Há um questão que é fundamental e com isto termino: a responsabilidade de cada cidadão. Se um animal está abandonado alguém o abandonou e é por isso que uma parte da campanha das propostas que já recebemos e da nossa, em primeiro lugar, centra-se nisto. Campanhas de sensibilização em primeiro lugar nas escolas, nas famílias, nos meios de comunicação social, para que as pessoas saibam que um animal não pode ser abandonado. Esta é a questão chave e central. O cão que acidentou tem alguém que é responsável pelo acidente e que foi quem o abandonou. Às vezes não é possível encontrar o responsável. Quantas vezes temos gente que rouba na praça pública ou que destrói contentores, participamos sempre à polícia. Noventa e nove vírgula oito por cento dos casos não encontramos o responsável. Não é só o cão que não tem dono, são cidadãos que fazem asneiras e que nós nunca conseguimos identificar. Mas tenham a certeza absoluta do nosso comprometimento com esta causa. Não é como algumas pessoas como a D. Maria Pinto que gosta de repetir que não temos que vai transformar o nosso compromisso em não compromisso. Estamos comprometidos, temos muito trabalho feito e vamos persistir neste trabalho para fazer bem cumprindo a lei, com sustentabilidade

financeira e técnica, e com o envolvimento daqueles que são fundamentais em tudo isto e que são os nossos concidadãos.”

Concluído o período regimental de intervenção do público, o Presidente da Mesa em exercício, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação da acta em minuta respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação⁰³⁶ foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada a Sessão Ordinária de Junho.

Eram 23:00 horas do dia 29 de Junho de 2017.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(02:30)